

Brasil só negocia dívida

Sarney ^{discurso} repele formulas "que só têm provocado

em novas bases

recessão" e condena decisão dos ricos

REUTERS

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque — O presidente José Sarney anunciou ontem que o Brasil apresentará sua proposta de renegociação da dívida externa tão logo o Fundo Monetário Internacional e outros organismos se disponham a reabrir as negociações em novas bases, diferentes das que até agora prevaleceram e que só têm provocado recessão e mais problemas. "Quando os organismos internacionais abandonarem as fórmulas frontais e sectárias, nós teremos uma posição para apresentar, mas a primeira etapa é um convite à negociação", disse aos editores de jornais americanos, após o discurso na Organização das Nações Unidas, na entrevista coletiva que concedeu.

Por diversas vezes ele se recusou a adiantar a proposta brasileira, dizendo que primeiro é preciso haver disposição para a negociação. O Presidente da República surpreendeu a todos ao condenar veementemente a decisão adotada no dia anterior pelo grupo dos cinco países ricos, de só permitir a renegociação das dívidas externas a partir da chamada "declaração de Bonn", que implica manter o esquema imposto até agora pelos Estados Unidos, de só admitir a discussão técnica diretamente entre cada país devedor e os bancos credores. "foi decepcionante, pois a declaração de Bonn representa a solução ortodoxa baseada exclusivamente na solução de mercado para a dívida externa", disse.

"Pela manhã, no discurso perante a assembleia da ONU, Sarney já havia sido aplaudido durante alguns minutos ao repetir que não

pagará a dívida com a fome do seu povo, exigindo que a questão seja tratada não só a nível técnico, de entendimento com os credores, mas também a partir do enfoque político, com a participação dos governos dos países ricos principalmente os Estados Unidos. Durante a entrevista coletiva, ele consultou rapidamente o ministro Olavo Setúbal, das Relações Exteriores, antes de condenar a decisão do grupo dos cinco ricos pela insistência na fórmula tradicional de enfrentar o problema da dívida externa da América Latina. "Temos que discutir no âmbito do grupo de Cartagena e em todos os outros fóruns e organismos possíveis", declarou, sendo também aplaudido inusitadamente pela imprensa estrangeira.

Indagado se o Brasil seguiria a posição do Peru — cujo presidente, Allan García, prometeu em seu discurso na ONU deixar o FMI se até a reunião de Seul aquele organismo não mudar o enfoque da dívida externa — Sarney reafirmou disposição de não aceitar "nenhuma forma de ajuste econômico que imponha a recessão", mas ressaltou sua posição em favor, primeiro, da busca do diálogo. "Criado para resolver questões cambiais de curto prazo, o FMI se transformou em auditor dos bancos, com uma teoria ortodoxa de ajustamento econômico contra a qual o Brasil já se rebelou porque nos últimos anos esta fórmula provocou mais recessão" — explicou.

Quando um jornalista comparou seu pronunciamento com aquele feito pelo ex-presidente João Figueiredo também na ONU, em 1982, o presidente Sarney lembrou que agora o



SARNEY NA ONU

Brasil está, falando no exterior aquilo que aplica internamente. E acrescentou: "O Brasil não assinará nenhuma carta de intenções que não possa vir a cumprir, e a respeitabilidade da nossa posição agora é que saímos da retórica para a ação". Ele recusou-se a revelar se o Brasil vai propor a renegociação também dos juros da dívida externa, dizendo que a questão das taxas internacionais foge do controle até dos bancos credores, motivo pelo qual exige um tratamento conjunto com a participação dos governos que formulam políticas econômicas responsáveis pelo custo do dinheiro.

"Não queremos apresentar agora uma proposta, por não ser este o momento adequado, mas vamos fazê-lo quando tivermos obtido uma abertura para re-discutir o problema", disse o Presidente a um dos editores estrangeiros com quem tomou o café da manhã. O Presidente enfatizou a necessidade de reabrir "imediatamente" a discussão, reafirmando que a "solução de mercado para a dívida externa não tem dado certo". Explicou que tão logo o FMI aceite

discutir a dívida externa em sua essência, "e não apenas os números", o Governo brasileiro fará sua proposta. Nesta altura, ele repetiu que a economia brasileira tem que crescer pelo menos na base de cinco por cento ao ano, pois "sem isso a democracia é que pagará o preço da dívida externa".

Disse também que achou "paradoxal" o recrudescimento do protecionismo contra as exportações brasileiras, pois ao mesmo tempo que o País é induzido a exportar para fazer saldo comercial destinado a pagar a dívida, enfrenta o fechamento de mercados no primeiro mundo para seus produtos. No encontro com os editores, Sarney explicou que o Brasil está fazendo o ajuste econômico que considera necessário, cortando "tudo o que podia" para reduzir seu déficit interno, mas existem duas coisas que são incertáveis: o serviço da dívida externa e os programas sociais. "Seria desumano cortar a merenda escolar e a assistência às gestantes, e se cortássemos os pagamentos dos juros externos enfrentaríamos problemas com os credores", ironizou o Presidente.

Sarney aproveitou uma pergunta sobre a situação do México, onde as consequências dos terremotos podem levar a uma renegociação da dívida externa, para condenar mais uma vez a fórmula recessiva imposta pelo FMI. "O caso do México é representativo e mostra que o programa de ajustamento ortodoxo não funcionou, não apenas naquele país mas também em outros". Deixou claro que o Brasil faz parte do mundo ocidental e não pretende "passionalizar" o debate da dívida.